

Gilberto Menezes Côrtes



De ânimo renovado

Opinião - Brasil

A queda do dólar esfriou as remarcações nas duas últimas semanas e distendeu os ânimos. Além do recuo nos índices de inflação (os reajustes perdem fôlego, porque o consumidor, sem dinheiro, recusa o preço alto) e dos juros, o espírito presidencial já captou a mudança.

O presidente da República ficou deprimido com a desastrosa desvalorização do real em 13 de janeiro. Da depressão, FH passou à falta de ação. O país e o real ficaram 40 dias à deriva quando a âncora cambial foi levantada e a diagonal da banda cambial não durou 24 horas.

A demissão de Francisco Lopes, uma semana após ser aprovado pelo Senado, deixou o governo constrangido de apresentar imediatamente ao Congresso o nome de Armínio Fraga Neto como novo presidente.

No vácuo da disparada do dólar (R\$ 2,23, em 3 de março), os preços foram às nuvens. Empresários inescrupulosos converteram preços de artigos importados ou que poderiam ser exportados pela cotação do dólar. O descontrole da inflação assustou o FMI e a banca internacional, que cerrou os cofres para o Brasil na primeira semana de março. Todos temiam a volta da espiral inflacionária no Brasil. O FMI alertou para a necessidade de uma política monetária enérgica.

Mais assustados do que os bancos e o governo só mesmo a classe média e os trabalhadores. Entre o carnaval e a primeira semana de março – quando Armínio Fraga Neto e sua equipe tomaram posse (4 de março), e o país voltou a ter uma política monetária ativa para defender o real e desestimular remarcações especulativas – o tema da reindexação e do reajuste imediato dos salários tomou conta do noticiário.

A Fiesp chegou a falar em abono, não incorporado ao salário. O governo bateu duro na idéia da reindexação. Ela seria a capitulação do que restou do Plano Real: o desmonte da engrenagem que reajustava diariamente os preços e fazia o salário ser “moído”, como o trabalhador genialmente interpretado por Charles Chaplin em *Tempos modernos*.

Nem a retórica nem as ameaças foram responsáveis pelo arquivamento, temporário, da reindexação como palavra de ordem das centrais sindicais, sobretudo da CUT, já que a Força Sindical era mais refratária.

A mágica foi produzida a partir do recuo do dólar, depois que o Congresso aprovou a CPMF e o Banco Central aumentou os juros do Selic de 39% para 45% ao ano. Há três semanas, a partir do momento em que os preços da economia começaram a recuar, acompanhando as quedas do dólar até a faixa de R\$ 1,70, os juros puderam também ser reduzidos.

Todos se convenceram de que não adianta atacar os efeitos da inflação explosiva (via reindexação salarial a intervalos mais curtos, que, todos sabem, por experiência, imprimiria maior velocidade à inflação), mas a causa: pela quebra das expectativas inflacionárias.

Será que a lição aplica-se à questão de fundo, a matriz da crise brasileira: o descontrole do gasto público, sempre além da receita? Com a palavra o novo ministro de Orçamento e Gestão, Pedro Parente, cuja espinhosa missão é pôr freio e ordem nos gastos do Executivo e dar o exemplo para o Legislativo, o Judiciário, estados e municípios.

Com o tarifaço de energia elétrica, o novo *round* dos combustíveis e o reajuste dos correios (verdadeiro choque fiscal), o governo mostrou não querer transformar aumentos de custos, causados pelo dólar, em subsídios que realimentam o déficit. E o assalariado, como fica?